



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria de Reformas Econômicas
Subsecretaria de Acompanhamento Econômico e Regulação
Coordenação-Geral de Saúde e Comunicações

Voto: 35/2025/CGSCOM/MF

Processo SEI nº: 25351.804825/2024-22

I. RELATÓRIO

1. Cuida-se de Recurso Administrativo interposto por SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, CNPJ nº 06.065.614/0001-38, em face de decisão da Secretaria - Executiva da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (SCMED) que apurou a venda de medicamentos, por preço superior ao Preço Fábrica (PF), na Dispensa de Licitação nº 000091/21, de 19/04/2021 junto à Secretaria Municipal de Saúde de Três Lagoas (MS), por meio das Notas Fiscais NF-e 000.120.593 e NF-e 000.122.198, respectivamente nas datas de 23/04/2021 e 04/05/2021.

2. A denúncia foi recebida pela Secretaria-Executiva da CMED, por meio do Ofício nº 589/2021/GB/SMS/TL, de 30/08/2021 (SEI 48267339, fl. 73), em resposta ao Ofício nº 748/2021/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA, onde foi solicitado informações e documentos que comprovassem eventuais práticas de sobrepreço envolvendo medicamentos para a COVID-19, em especial aos do chamado "kit intubação" (anestésicos, sedativos, relaxantes ou bloqueadores musculares).

3. Iniciada investigação preliminar para apuração da suposta infração, constatou-se que a empresa vendeu o medicamento listado abaixo, por valor superior ao PF, apurando um total da diferença entre o preço da venda e o preço aprovado pela CMED de R\$ 11.085,41 (onze mil e oitenta e cinco reais e quarenta e um centavos), nos termos da Nota Técnica nº 303/2024/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA, de 27/05/2024 (SEI 48267339, fl. 76):

I - 40 unidades de HEPAMAX-S (princípio ativo heparina sódica suína), apresentação 5000 UI/ML SOL INJ CX C/ 25 FA VD INC X 5 ML (NF-e 000.120.593);

II - 40 unidades de HEPAMAX-S (princípio ativo heparina sódica suína), apresentação 5000 UI/ML SOL INJ CX C/ 25 FA VD INC X 5 ML (NF-e 000.122.198).

4. Intimada, a empresa foi notificada por meio da Notificação nº 610/2024/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA, de 27/05/2024 (SEI 48267339, fl. 80) sobre a abertura de processo administrativo, apresentando Defesa Escrita, em 05/07/2024 (SEI 48267339, fl. 87) e argumentando em síntese que:

a) "É pacífico o entendimento de que, decorrido prazo superior a 3 anos entre a abertura do processo administrativo e a aplicação de sanção sem que haja qualquer movimentação, há de se concluir pela ocorrência da prescrição intercorrente, que é o caso dos presentes autos. Os fatos imputados à Recorrente datam de 23/abril/2021, logo, imperioso concluir que o esta Agência Reguladora, ficou inerte pelo período superior a 3 anos, operando-se a prescrição, que deve ser reconhecida de ofício por este Comitê decisor.";

b) "que pese as alegações, é necessário ponderar que o período de PANDEMIA foi marcado por aumento de insumos, bem como de toda gama de medicamentos, até pelo desabastecimento ocorrido durante esse lapso temporal;"

c) "é notório que, além de irrisório o valor declinado, decorreu tão somente dos custos e logística com transporte, prazos curtos e demais custos, consequentes da situação Pandêmica, tanto é assim, que a ordem para fornecimento da medicação em 24h adveio de decisão judicial;"

d) "A empresa Recorrente se desdobrou a fim de atender as demandas, evitando males maiores, como seria o caso de desabastecimentos, tudo para a busca do bem comum, diga-se, público, não sendo razoável que seja punida por praticar referidos atos;"

e) "que o próprio ente público faz menção, em todas as notas das empresas que forneceram medicamentos para a mesma finalidade, qual seja, atender a ordem judicial que determinou que os medicamentos fossem fornecidos em 24horas, tem as escritas "COVID" e "COVID DISPENSA". Em outras, é possível ler a

insígnia “URGENTE;”

f) "Em caso de não acatamento das teses defensivas expostas acima, requer sejam os valores constantes da nota técnica corrigidos, uma vez que, a diferença de valores apontadas perfaz o valor de R\$ 5.542,80 e não R\$ 11.085,41”;

g) "que não pode o Recorrente arcar com a morosidade dos órgãos públicos sancionadores. O fato ocorrido em 2021 e sem apuração até a presente data passa a ser uma verdadeira aplicação financeira aos entes públicos, com rentabilidade muito acima dos valores de mercado, de sorte que, devem os valores serem adequados”;

h) Requer proposta de Compromisso de ajustamento de conduta - CAC, comprometendo-se a Recorrente à observância das Resoluções da CMED em vigência e aplicáveis, abstendo de qualquer oferta ou venda de produtos com preços acima dos permitidos.

5. Sobreveio a Decisão nº 383, de 12/12/2024 (SEI 48267339, fl. 97), pela Secretaria Executiva da CMED, que entendeu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R\$ 43.630,88 (quarenta e três mil seiscentos e trinta reais e oitenta e oito centavos), uma vez identificada a autoria e comprovada a materialidade da prática infracional por descumprimento ao previsto no Art. 8º, caput, da Lei nº 10.742/2003; Resolução CMED nº 2/2018; e Orientações Interpretativas CMED nº 1 e 2, de 2006.

6. Frente a condenação, foi expedida Notificação nº 1332/2024/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI 48267339, fl. 110) pela SCMED, para pagamento da multa ou apresentação de Recurso ao Comitê Técnico - Executivo da CMED, no prazo máximo de 30 dias, nos termos do artigo 29 da Resolução nº 02, de 16 de abril de 2018.

7. Devidamente intimada, a empresa interpôs Recurso Administrativo (SEI 48267339, fl. 120) sustentando os argumentos aventados em sede de defesa.

8. Por meio do Despacho nº 162/2025/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI 48267339, fl. 130), a SCMED recebeu o recurso, por entender presentes os requisitos de tempestividade, legitimidade, cabimento, interesse e, na sequência, sorteou o processo entre os membros do CTE, cuja relatoria ficou a cargo da Secretaria de Reformas Econômicas (SRE) do Ministério da Fazenda (MF).

9. É a síntese do necessário. Passo à análise.

II. ANÁLISE

II. 1 Admissibilidade do Recurso

10. A Resolução CMED nº 02/2018 contempla, em seu art. 29, que da decisão proferida pela SCMED que aplicar sanções, cabe recurso administrativo com efeito suspensivo, para o CTE no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da ciência da decisão por meio de notificação.

11. Observa-se que a empresa SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ nº 06.065.614/0001-38, recebeu a Notificação nº 1332/2024/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI 48267339, fl. 110) sobre a Decisão nº 383/2024 (SEI 48267339, fl. 97), em 20/12/2024, conforme Aviso de Recebimento (SEI 48267339, fl. 113). O recurso foi interposto em 15/01/2025, conforme protocolo eletrônico nº 0060237/25-2 (SEI 48267339, fl. 129), portanto, dentro do prazo previsto no dispositivo mencionado.

12. Cumpre-nos esclarecer ainda, que restou demonstrado os requisitos de interesse, cabimento e legitimidade por parte da empresa, conforme § 2º, do art. 29 da Resolução nº 2/2018.

II. 2 Preliminares

13. No tocante à verificação de regularidade processual, após alegação de prescrição trienal pela empresa, registra-se não haver incidência do fenômeno da prescrição no caso em apreço. Após o recebimento da denúncia, o Despacho nº 1024/2024/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI 48267339, fl. 74), de 27/05/2024 instaurou o Processo Administrativo para investigação da suposta infração.

14. Tem-se que o marco inicial da prescrição intercorrente (de três anos) é a partir do momento em que o processo administrativo para apuração da infração tem início, seja por alguma investigação preliminar, seja pela instauração do auto de infração, que continua em curso até o fim regular do processo. Assim, aquele despacho além de interromper o curso de prazo da prescrição quinquenal, iniciou a contagem de prazo da prescrição intercorrente, nos termos do art. 2º, inciso II, da Lei nº 9.873/99, considerando a possibilidade de interrupção desse prazo prescricional, por qualquer ato inequívoco, que importasse na apuração do fato.

15. Ressalta-se que esta SRE ratifica o entendimento da SCMED no sentido de que a contagem do prazo previsto no art. 1º, §1º da Lei nº 9.873/1999 inicia-se apenas após a abertura do processo administrativo, que, por sua vez, ocorre com a intimação para a apresentação de defesa. Em outras palavras, não cabe a contagem do prazo de 3 (três) anos para períodos anteriores à ocorrência da intimação.

16. A Lei nº 9.873/99 não listou causas específicas de interrupção, mas sim, se limitou a descrever a situação que, por si mesmo, causa a prescrição, qual seja, a paralização do processo por mais de três anos. Assim sendo, todos os atos indispensáveis para que se dê continuidade ao processo seriam aptos a interromper o prazo da prescrição intercorrente, uma vez que representam a movimentação do feito.

17. Cumpre-nos esclarecer que no decorrer do ano de 2024 e 2025, houve a elaboração de diversos documentos já apresentado no tópico I - Relatório e que demonstraram continuidade na instrução do feito, com atos de apuração dos fatos, inclusive podemos citar o recebimento deste recurso, que ocorreu em 15/01/2025 (SEI 48267339, fl. 129), o qual originou este voto, comprovando que não transcorreu o lapso temporal de três anos referente a prescrição intercorrente, prevista no art. 1º, § 1º, do normativo supra. Assim, inexistente qualquer hipótese de prescrição, ensejando a regular análise e prosseguimento do feito.

II. 3 Mérito

18. A discussão está adstrita à apuração de descumprimento de normas legais e infralegais, consubstanciada na comercialização (venda), em abril e maio de 2021, de medicamento por valor superior ao Preço Fábrica, quando da participação da empresa SUPERMÉDICA na Dispensa de Licitação nº 000091/2021, promovido pela Secretaria de Saúde de Três Lagoas/MS, culminando com a aplicação de sanção pecuniária na ordem de R\$ 43.630,88 (quarenta e três mil seiscentos e trinta reais e oitenta e oito centavos), em face da empresa.

19. A distribuidora, em suas razões recursais, sustenta que não causou prejuízo ao erário, pois tratava-se de valor irrisório, decorrido tão somente dos custos e logística com transporte, prazos curtos e demais custos, consequentes da situação Pandêmica; que tampouco houve benefício econômico de sua parte; que a recorrente se desdobrou a fim de atender as demandas, evitando males maiores, como seria no caso de desabastecimentos, portanto, afastando qualquer ilicitude. E, não poderia o recorrente arcar com a morosidade dos órgãos públicos sancionadores, por fatos ocorridos em 2021 e sem apuração até a presente. Em complementação requereu audiência com comitê competente, capaz de auxiliar na elaboração dos termos para celebração de Compromisso de Ajustamento de Conduta (CAC) em substituição à reprimenda.

20. Tais argumentos, contudo, não merecem acolhimento.

21. A princípio, é importante frisar que no Brasil somente é permitida a comercialização de medicamentos que tenham preços - teto aprovados pela CMED, nos termos da Lei n. 10.742, de 2003, e da Resolução CMED n. 02, de 2004.

22. Os preços - teto permitidos pela CMED são registrados no Sistema de Acompanhamento do Mercado de Medicamentos (SAMMED), instituído por meio da Resolução CMED n. 02, de 2015, contendo em seu banco de dados as apresentações de medicamentos com preços regulados, dados esses utilizados tanto para a análise de preço de entrada de novos medicamentos como para o monitoramento de mercado.

23. Compete esclarecer que a venda de medicamentos deve atender ao normativo vigente sobre o tema. Nesse sentido, consoante art. 2º c/c art. 8º da Lei nº 10.742/2003, o descumprimento - por "empresas produtoras de medicamentos, farmácias e drogarias, representantes, distribuidoras de medicamentos, e, de igual modo, quaisquer pessoas jurídicas de direito público ou privado, inclusive associações de entidades ou pessoas, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, que, de alguma maneira, atuem no setor farmacêutico" - de atos emanados pela CMED, no exercício de suas competências de regulação e monitoramento do mercado de medicamentos, bem como o descumprimento de norma prevista nesta Lei, sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 56 da Lei nº 8.078/1990.

24. Nesse contexto, a Orientação Interpretativa CMED nº 2/2006 explicita, em seu primeiro parágrafo, que “o Distribuidor é obrigado a vender os produtos, tendo como **referencial máximo** o preço fabricante” (grifo nosso).

25. Cabe ressaltar que a atuação de empresas fornecedoras de medicamentos em processos licitatórios, sobretudo perante entes públicos, demanda especial atenção ao arcabouço normativo que rege tanto o mercado de medicamentos quanto as regras de contratação pública. Ao decidir comercializar medicamento em valor superior ao teto fixado pela CMED, a recorrente assumiu o risco de violar as disposições regulatórias expressas e, por conseguinte, ser responsabilizada administrativamente.

26. A Lei de Licitações, em seus princípios basilares, como o da legalidade, impõe que a administração pública conduza seus processos de aquisição com estrita observância às normas estabelecidas, garantindo a igualdade entre os concorrentes e a obtenção do melhor preço à administração.

27. Dessa feita, a tabela CMED deve ser utilizada em licitações de medicamentos como um referencial de preços máximos que o setor pode comercializar seus medicamentos e é imprescindível que os gestores públicos, os órgãos responsáveis pela aquisição de medicamentos e o setor farmacêutico a observem como um teto.

28. Em 06/02/2020, a Lei nº 13.979 foi publicada para dispor sobre medidas urgentes para enfrentamento da Pandemia do COVID-19 (SARS-CoV-2), bem como a Portaria GM/MS nº 188, de 03/02/2020 e o Decreto Legislativo nº 06/2020, para declararem a emergência em saúde pública, ocasião em que todo o território nacional se encontrava empenhado na luta pela vida.

29. Ocorre que, não bastasse essa crise sanitária, além da falta de insumos farmacêuticos, algumas empresas do setor regulado oportunamente extrapolaram os valores praticados na venda de medicamentos aos entes públicos, sem autorização da CMED. Assim, mesmo enfrentando dificuldades na aquisição de medicamentos para a COVID-19, em razão de licitações fracassadas pelo alto custo dos produtos, mas, visando garantir a continuidade nos serviços de urgência/emergência, a administração pública precisou adquirir itens no valor acima da tabela CMED. No caso em questão, a dispensa de licitação para a compra de Heparina não aconteceu em virtude de demanda judicial como alegado pela empresa, mas sim pelas tentativas de processos licitatórios fracassados, conforme demonstrado no Ofício de denúncia (SEI 48267339, fl. 73).

30. Desse modo, não prospera a alegação da empresa de que estava atendendo as demandas da Secretaria Municipal de Saúde, evitando males maiores, como seria o caso de desabastecimento e que não causou prejuízo ao erário pois se tratava de valores irrisórios, uma vez que o peso econômico que a administração pública encontra, imposto pelos custos dos medicamentos é um desafio para o acesso equitativo no SUS.

31. Ademais, frisa-se que todos os tributos incidentes na comercialização dos medicamentos são averiguados e inseridos no preço permitido, tendo em vista a obrigação da CMED em repassar a alteração da carga tributária para o preço dos medicamentos, não sendo possível alegar a prática de valores acima dos permissíveis em um setor regulado.

32. A empresa denunciada não apresentou qualquer prova em contrário às práticas infracionais imputadas a ela, tendo, inclusive, admitido a prática de sobrepreço: "*Vale dizer, a parametrização do sistema deveria impedir o envio de oferta de preços acima de determinado limite estabelecido. Entretanto, **como constatado**, essa funcionalidade não alcançou a integralidade de sua atribuição.*" [grifo nosso]

33. Outro ponto relevante é que o prejuízo causado por empresas que ofertam e vendem medicamentos a preços excessivos é significativo, pois afeta a Administração Pública e, consequentemente, o interesse público, impedindo a aquisição do total necessário de tais medicamentos a preços justos. Isso coloca em risco a capacidade dos órgãos públicos de obter os medicamentos necessários devido os preços proibitivos, o que pode levar ao desabastecimento desses medicamentos para os pacientes. Vale destacar que, segundo a norma, a simples oferta ou venda de medicamentos a um preço elevado já constitui uma infração formal, independente da existência de intenção maliciosa por parte da empresa ou de dano direto ao erário público.

34. É notório, frente alguns casos, que a venda não se concretize devido aos preços registrados pelas empresas, o que impede o órgão público de adquirir medicamentos a preços justos, resultando em prejuízo à Administração Pública e para a população em geral.

35. Em análise detida de todos os documentos e alegações contidas nos autos, vê-se claramente que a recorrente, optou por vender medicamento em valor superior ao permitido, assumindo o risco de sofrer qualquer tipo de sanção administrativa em relação a sua conduta.

36. Quanto ao pedido Compromisso de Ajuste de Conduta, nos termos do art. 30, § 1º, da Resolução CMED nº 02/2018, este deveria ser apresentado em petição específica, com proposta contendo no mínimo, o tipo de obrigação a ser assumida, demonstrando ser possível e adequada à prevenção ou reparação do direito tutelado, além da implementação de melhorias na regulação do mercado de medicamentos, nos termos do art. 31 da Resolução CMED nº 02, de 16 abril de 2018.

37. Diante do arrazoado, uma vez inserida no mercado farmacêutico, deveria a empresa ter ciência de todos os normativos que regulam o setor de sua atuação, bem como a estrita obediência a tais normas, sob pena de aplicação de sanções, como ocorreu no caso em questão.

38. Isso posto, conclui-se que as alegações do regulado não foram eficazes para afastar a aplicação da sanção administrativa, portanto, convergindo apenas e tão somente ao cumprimento estrito da lei.

II. 4 Dosimetria da Pena

39. Em relação à dosimetria da sanção, ela deve ser calculada em conformidade com a normatização vigente, notadamente com o previsto na Resolução CMED nº 2/2018, considerando-se, entre outros elementos, o valor a maior da venda, multiplicada pela quantidade vendida, o porte econômico da empresa e as circunstâncias atenuantes e agravantes.

40. Seguindo esses critérios, o cálculo da sanção administrativa de infração possui a seguinte metodologia:

CÁLCULO DE MULTA SOBRE OFERTA E/OU VENDA DE MEDICAMENTOS POR PREÇO SUPERIOR AO PERMITIDO (PF/CAP LISTA CAP JUDICIAL ICMS)								
Empresa:	SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA			Nº CNPJ	06.065.614/0001-38			
Processo Nº	25351.804825/2024-22			FAIXA DE FATURAMENTO DA EMPRESA À EPOCA DA INFRAÇÃO				FAIXA B
FATURAMENTO DA EMPRESA À EPOCA DA INFRAÇÃO		R\$	51.000.000,00	TOTAL DE MULTA A RECOLHER		R\$	32.723,17	
Valor da UFIR de nov/2000 atualizado pelo IPCA e até o trimestre (jul-24 a set-24)	4,428401051	Total Multa em UFIR	7,389	TOTAL MÁXIMO A RECOLHER		R\$	32.723,17	
PRODUTO	Apresentação	Data da INFRAÇÃO	Faturamento a maior À EPOCA DA INFRAÇÃO	Faturamento Corrigido pela Selic	% Multa	Concretização		Multa em R\$
HEPAMAX-S	5000 UI/ML SOL INJ CX C/ 25 FA VD INC X 5 ML	04/2021	R\$ 5.542,70	R\$7.645,60	7,0%	Venda	R\$ 16.361,58	16.361,58
HEPAMAX-S	5000 UI/ML SOL INJ CX C/ 25 FA VD INC X 5 ML	04/2021	R\$ 5.542,70	R\$7.645,60	7,0%	Venda	R\$ 16.361,58	16.361,58

41. Definido o valor base da multa, em seguida serão aplicados os acréscimos ou deduções decorrentes da verificação da presença, ou não, das circunstâncias atenuantes e agravantes, nos termos do art. 12 da Resolução CMED nº 2/2018.

42. No tocante às circunstâncias agravantes, correto o entendimento da Secretaria - Executiva em majorar a multa base, nos termos da Resolução CMED nº 2/2018, pelos seguintes motivos:

a) reconhecimento do caráter continuado, haja vista a identificação de duas ou mais infrações do mesmo tipo cometidas no mesmo contexto da denúncia, conforme art. 13, inciso II, alínea "b";

b) ocorrência da agravante do risco de desabastecimento, conforme Resolução CTE-CMED nº 9, de 2 de julho de 2021 e Edital de Chamamento (ANVISA) nº 19, de 10 de dezembro de 2020, no qual houve o reconhecimento do risco para diversos medicamentos utilizados no combate a Pandemia do COVID-19 (SARS-CoV-2), sendo que o princípio ativo "HEPARINA SÓDICA SUÍNA" estava enquadrado entre os medicamentos utilizados, ocasião em que a aplicação de majoração é a medida que se impõe, conforme art. 13, inciso II, alínea "d";

c) averiguação de infração na comercialização de medicamentos identificados como em risco de abastecimento e que subsidiavam o combate à pandemia da COVID-19, configuram patente dano coletivo ou difuso. O caso concreto em análise encontra subsunção à norma, sendo motivo de majoração, conforme art. 13, inciso II, alínea "e", da mesma Resolução.

43. Esses fatores justificam o agravamento da pena pecuniária, conferindo-lhe não apenas função repressiva, mas também função pedagógica, em conformidade com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

44. Por outro lado, entende-se ser admissível a aplicação da atenuante de primariedade (art. 13, inciso I, alínea "a" da Resolução CMED nº 02/2018), pois a empresa não dispõe de condenação transitada em julgado, em tempo anterior ao cometimento da infração analisada no presente processo, num prazo de 5 (cinco) anos.

45. Por oportuno, aplicando a metodologia do art. 13, da mesma Resolução em comento, principalmente os parágrafos §1º e §3º, tem-se primeiramente a aplicação das circunstâncias agravantes sobre a multa base e, após, aplicam-se as circunstâncias atenuantes. Nos casos que forem aplicadas duas ou mais agravantes, a majoração será na ordem do dobro do valor base.

Medicamento	Multa Base	Agravante (Dobro)	Atenuante de 1/3	Valor da Multa
HEPAMAX-S	R\$ 16.361,58	R\$ 32.723,16	R\$ 21.815,44	R\$ 21.815,44
HEPAMAX-S	R\$ 16.361,58	R\$ 32.723,16	R\$ 21.815,44	R\$ 21.815,44
Valor Total:				R\$ 43.630,88

46. Por fim, resta devidamente comprovado que a empresa recorrente vendeu medicamentos em valor superior ao PF estabelecido pela CMED; violou as normas regulatórias vigentes; agiu em desacordo com os princípios da legalidade, isonomia, eficiência e economicidade, previstos na Lei nº 14.133/2021; e incorreu em circunstâncias agravantes reconhecidas e fundamentadas pela autoridade competente.

47. Isto posto, esta relatoria manifesta-se pelo conhecimento do recurso administrativo, por preencher os requisitos de admissibilidade, e, no mérito, opina por seu desprovimento, mantendo-se integralmente a Decisão nº 383, de

12/12/2024, proferida pela Secretaria Executiva da CMED, que aplicou à empresa a sanção pecuniária no valor de R\$ 43.630,88 (quarenta e três mil seiscentos e trinta reais e oitenta e oito centavos).

III. CONCLUSÃO

48. Ante ao exposto, vota-se pelo conhecimento do recurso e não provimento do mérito, ratificando a sanção pecuniária estabelecida pela SCMED no valor de R\$ 43.630,88 (quarenta e três mil seiscentos e trinta reais e oitenta e oito centavos).

49. Adita-se que sobre o valor final deverão incidir os acréscimos legais aplicáveis e os eventuais juros de mora, desde a data de sua aplicação em primeira análise até o efetivo pagamento, considerando a individualização de cada infração.

ALESSANDRA BÁRBARA DE OLIVEIRA DOSSI GABAS

Analista Técnico de Políticas Sociais

PRISCILA GEBRIM LOULY

Coordenadora Geral de Saúde e Comunicação



Documento assinado eletronicamente por **Priscila Gebrim Louly, Coordenador(a)-Geral**, em 03/10/2025, às 15:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Barbara de Oliveira Dossi Gabas, Analista Técnico(a) de Políticas Sociais**, em 07/10/2025, às 18:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **53810161** e o código CRC **1E239F3F**.